

Eurides critica nova paralisação

A secretária de Educação, Eurides Brito, criticou ontem a decisão do Sindicato dos Professores de convocar a categoria e todos os servidores do GDF para uma paralisação ainda este ano. Ela considerou a convocação para a greve uma estratégia com "propósito eleitoral" e que demonstra o "desespero" do Sindicato dos Professores com o nível cada vez maior de aprovação da administração do governador Roriz.

A secretária disse que o movimento não tem sustentação porque as reivindicações apresentadas já foram discutidas, aprovadas entre a entidade e o governo e encaminhadas para atendimento. "A fragilidade das reivindicações é tão clara que a comunidade não vai suportar mais

esse movimento grevista, que tem apenas propósito eleitoral e político, pois as lideranças do movimento querem criar fatos para explorar em suas campanhas nas próximas eleições", argumentou Eurides Brito.

A secretária salientou que a única reivindicação ainda em discussão é a que trata da gratificação para os professores alfabetizadores. Mesmo assim, duas propostas já estão em estudo. Uma é do Sindicato dos Professores e a outra da comissão representativa dos professores alfabetizadores, "que liderou a campanha para incluir a gratificação na Lei Orgânica", salientou.

Devolução — De acordo com a secretária de Administração, Stella dos Cherubins, as demais reivindicações do funcionalismo do GDF estão sendo atendidas, a exemplo da devolução do desconto previdenciário, que será feita a partir do próximo mês,

em parcelas mensais corrigidas, "sem prejuízos aos servidores". Segundo ela, ao contrário do que informam algumas lideranças sindicais "com objetivos meramente políticos", esta devolução será feita com recursos próprios do GDF, inclusive no que se refere às áreas de Saúde e Educação.

A avaliação de que o GDF vem cumprindo com os acordos firmados com o funcionalismo local e por isso não tem argumento a proposta de greve, também foi feita pelo secretário de Comunicação, Welington Moraes. Ele lembrou que esta semana o STJ considerou ilegal a greve no funcionalismo até a regulamentação desse preceito constitucional. "Com isso, o governo não poderá abonar as faltas, pois a decisão do Superior Tribunal de Justiça proíbe claramente essa medida até que essa questão seja objeto de lei complementar", frisou.